



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

REQUERIMENTO N° , DE 2016
(Do Sr. Helder Salomão)

Solicita seja convidado o Senhor Ernesto Lozardo, atual Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 255, combinado com os arts. 24, XI e 60, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado o Senhor Ernesto Lozardo.

JUSTIFICATIVA

O Instituto de Pesquisa Aplicada –IPEA divulgou Nota Técnica n. 28, intitulada: " Os impactos do Novo Regime Fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil", de autoria de Fabiola Viera e Rodrigo Benavides, que avalia que aprovação da PEC n.º 241 pode resultar em perdas de até R\$ 743 bilhões para o setor de saúde. Para os autores, a referida PEC parte do "pressuposto equivocado de que os recursos públicos para a saúde já estão em níveis adequados" e "impactará negativamente o financiamento e a garantia do direito à saúde no Brasil".

Em resposta, a presidência do Ipea afirmou que as conclusões são de "inteira responsabilidade dos autores" e classifica parte da nota como "irrealista e desconectada", enumerando dez pontos críticos ao trabalho técnico.

"A posição institucional do Ipea é favorável à PEC 241, por entender que ela possibilitará o equilíbrio das contas federais e um novo círculo virtuoso de crescimento", finaliza o texto assinado por Ernesto Lozardo, presidente do IPEA, que assumiu a instituição após o afastamento de Dilma Rousseff.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

É necessário que o atual presidente do IPEA venha a essa Comissão explicar as razões que o levaram a contestar os resultados da referida Nota Técnica, quando foi apurado pela imprensa que a divulgação dos resultados dessa Nota foi aprovada pela Diretoria Colegiada da instituição.

Relevante também observar que a Associação dos Funcionários do IPEA divulgou nota afirmando que os pesquisadores do órgão estão constrangidos com a divulgação de resultados que avaliam criticamente a PEC n.º 241. Esse aspecto deve ser analisado pelos parlamentares dessa Comissão, pois o IPEA é financiado por recursos públicos e os resultados de suas pesquisas devem ser divulgados sem restrição, para a sociedade brasileira possa ter informações para debater as políticas públicas do País.

Sala da Comissão, em 17 de outubro de 2016.

Deputado **HELDER SALOMÃO**

PT/ES